

# “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: a fabricação do termo e seus significados

*“GENDER IDEOLOGY”: the making of the term and its meanings*

*“IDEOLOGÍA DEL GÉNERO”: el hacer del término y sus significados*

---

**Dayana Brunetto Carlin dos Santos**

Pós-doutoranda em Educação  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
ORCID: 0000-0001-6538- 5819  
dayanabrunetto@ufpr.br

**Karina Veiga Mottin**

Doutoranda em Educação  
Universidade Federal do Paraná (UFPR)  
ORCID: 0000-0002-2431- 9599  
karimottin@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Ainda que as pessoas não estejam ou sejam envolvidas com a política, não se identifiquem com valores da esquerda ou da direita, ou nem mesmo acompanhem regularmente o noticiário, certamente a maioria da população brasileira já ouviu falar da “ideologia de gênero” em 2020. Essa preocupação tem sido recorrente nos pronunciamentos do atual Presidente da República e de algumas/alguns de suas/seus Ministras/os. “*É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019), exclamou euforicamente a atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, referindo-se à chamada “ideologia de gênero”, ao tomar posse de seu cargo no dia 02 de Janeiro de 2019. “*Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores*” FOLHA DE SÃO PAULO, 2019, disse Jair Bolsonaro, um dia antes, em seu discurso de posse da presidência da República, reafirmando o que prometia já desde a sua campanha, quando em diversos momentos atacou a suposta “ideologia”. Recentemente, na Marcha

para Jesus em Brasília, dia 10 de agosto, Bolsonaro disparou: “ *Um presidente que está honrando o que prometeu durante a campanha (...) não existe essa conversinha de ideologia de gênero. Isso é coisa do capeta*” (SOARES; GULLINO, 2019).

Longe de estar restrito a declarações apelativas que agradam o eleitorado de determinados políticos/os, o combate à “ideologia de gênero” ocorre também no plano institucional. Unida aos ataques contra a imaginária “doutrinação marxista” nas escolas, a luta contra a “ideologia de gênero” está presente nas dezenas de projetos de leis que se espalham pelo país, nos âmbitos municipais, estaduais e federais, no lastro do Movimento Escola Sem Partido (MESP). Por vezes o Projeto de Lei proposto por este movimento chega às Câmaras ou Assembleias Legislativas com o nome “Gênero” e até “Infância Sem Pornografia”<sup>1</sup>. Essa luta contra o “gênero” também esteve presente e influenciou a retirada de toda e qualquer menção à esta palavra do Plano Nacional de Educação e consequentemente, de alguns dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, aprovados respectivamente em 2014 e em 2015. Na época, professoras/es, pesquisadoras/es e ativistas presenciaram uma verdadeira cruzada por parte de militantes, em grande parte religiosos, contra a inserção da pauta de gênero nestes Planos.

Nas discussões que envolveram a aprovação do Plano Estadual de Educação Paraná esse tema foi fervorosamente discutido e levou militantes a favor e contra essa pauta à Assembleia Legislativa desse estado nos dias 17 e 22 de Junho de 2015, quando esse documento foi discutido e aprovado. Deputadas e deputados do Paraná subiram ao púlpito para defender suas opiniões e justificar seus votos, contra a inserção da palavra “gênero” no documento. Esses argumentos, que estão publicados em Diário Oficial (BRASIL, 2015a; BRASIL, 2015b), assim como outras produções conservadoras<sup>2</sup> de militantes contra a “ideologia de gênero”, serviram como base para construção deste artigo.

---

<sup>1</sup> Estes dados foram coletados pela pesquisadora Fernanda Pereira de Moura e atualizados por Diogo da Costa Salles e Renata da Conceição Aquino da Silva, membros do grupo Professores Contra o Escola Sem Partido e do Movimento Educação Democrática. Para mais informações, ver: <https://profscontraoesp.org/vigiando-os-projetos-de-lei/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

<sup>2</sup> Na dificuldade em encontrar um termo apropriado para referir às tão diversas produções bibliográficas que disseminam os discursos contra a chamada “ideologia de gênero”, optamos por utilizar o adjetivo “conservadoras”, assumindo o risco de esta expressão causar uma sensação de homogeneidade, o que definitivamente não corresponde à realidade (ALMEIDA, 2017).

É notável como em 2015 a campanha contra o “gênero” espalhou-se pelo Brasil através da aprovação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Algumas/alguns pesquisadoras/es relataram e analisaram esses embates em diversas cidades, como por exemplo, em Juiz de Fora – MG (CASTRO, 2017) ou Chapecó – SC (VARGAS; CAVAGNOLI; CATTANI, 2016).

O objetivo deste texto é problematizar a expressão “ideologia de gênero” e para isso, propomos uma discussão sobre os termos que a compõem, “ideologia” e “gênero”, trazendo seus possíveis significados, segundo a perspectiva daquelas/es que os combatem. Não é nosso objetivo discutir profundamente esses termos da forma como são pensados em diferentes correntes teóricas da sociologia, filosofia ou ciência política, mas sim buscar os significados a eles atribuídos dentro da expressão “ideologia de gênero”. Em um segundo momento, pretendemos problematizar aquele que é um dos pontos mais recorrentes nas narrativas contra a “ideologia de gênero”, a saber, que ela pretende “destruir” ou “eliminar” o gênero ou “acabar” com as diferenças entre os sexos feminino e masculino.

## A “IDEOLOGIA” DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: reflexões sobre o termo

A primeira vez em que aparece o termo ideologia vinculado ao conceito de gênero é em 1998, na conferência episcopal do Peru, numa nota intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*. O documento é dividido em onze tópicos e possui dezesseis páginas. Defende a existência de uma natureza humana dada cuja origem é uma lei natural e imutável, que foi criada por deus e atestada cientificamente pela biologia. Portanto, este documento procura demonstrar, por meio de uma denúncia a sociedade, como os “defensores de uma ideologia de gênero” intentam e colocam em ação um plano diabólico mais amplo de destruição da família, da educação, da cultura e, principalmente, da religião. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998) (CÉSAR; DUARTE, 2017)

O discurso sobre a “ideologia de gênero” não é uma exclusividade brasileira, pelo contrário, é um fenômeno internacional, presente em mais de cinquenta países, com características peculiares em cada um deles. A centralidade que a palavra “ideologia” assumiu nesse discurso merece maior atenção. O sociólogo Rogério Diniz Junqueira aponta que a escolha da palavra “ideologia” para compor a expressão “ideologia de gênero” não foi acidental.

O pesquisador ressalta que esse termo foi cuidadosamente pensado em seu potencial de propagação, pela cúpula da Igreja Católica:

desde meados dos anos 1990, ao longo de um esforço criativo para encontrar as combinações que melhor funcionassem no espaço mediático e político, foram numerosas as formas de declinação desses sintagmas emersas dos documentos vaticanos e das conferências episcopais: teoria do gender, ideologia de gender, ideologia da ausência de sexo, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria do gênero queer, teoria do gênero radical, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultra feminista do gender, ideologia do lobby gay, ditadura do gender, genderismo, ou, simplesmente, gender. (JUNQUEIRA, 2017, p. 28).

O termo “ideologia”, portanto, compõe a expressão com um sentido intencional. O advogado argentino Jorge Scala (uma referência na militância contra a “ideologia de gênero”), citando Juan Antonio Widow (2003), explica qual o significado que este termo assume nessas narrativas:

un sistema cerrado de ideas que se postula como modelo según el cual ha de reestructurarse toda la vida humana en sociedad... Se lo concibe independientemente de la realidad: no es de ninguna manera la experiencia lo que pueda alimentarlo u obligarlo a rectificar. No está condicionada por la concreta realidad, sino que es ésta, la realidad la que debe ser definida como tal por la ideología. Y una vez establecido el modelo, su objetivo es el de ser aplicado a la vida humana como un molde en el cual está todo comprendido. Es una anticipación de la realidad, un proyecto que define que y cómo ha de ser esa realidad: por esto no necesita de la experiencia, sino sólo del poder<sup>3</sup>. (WIDOW, 2003 *apud* SCALA, 2010, p. 29).

Ou seja, há um esforço do autor para conectar o uso deste termo com o “poder”, no sentido de que o projeto por trás das ideologias seria impor uma nova realidade. A palavra ideologia, portanto, é utilizada para referir-se a um plano, uma teoria conspiratória, e a insistência nesse termo é uma tentativa de desqualificar os estudos de gênero, afastando o caráter científico das pesquisas desta área. (CARRARA; FRANÇA; SIMÕES, 2018).

---

<sup>3</sup> “Um sistema fechado de ideias que é postulado como um modelo de acordo com o qual toda a vida humana na sociedade deve ser reestruturada... É concebida independentemente da realidade: não é de forma alguma a experiência que possa alimentá-la ou forçá-la a retificar. Não é condicionado pela realidade concreta, mas é essa realidade que deve ser definida como tal pela ideologia. E uma vez estabelecido o modelo, seu objetivo é ser aplicado à vida humana como um molde no qual tudo é entendido. É um pré-conhecimento da realidade, um projeto que define o que e como essa realidade deveria ser: por isso, não precisa de experiência, mas apenas poder.” (tradução minha)

A recorrência do seu uso e seu significado deve ser compreendido como um conjunto. As falas dos deputados e deputadas na ASSEMBLEIA LEGISLATIVA contra a pauta de gênero em certo sentido ecoam, reverberam, fazem reaparecer as narrativas de outras produções conservadoras contra a “ideologia de gênero”. São muitas as aparições do termo, algumas referências bibliográficas nas quais a expressão aparece são mais extensas e chegaram a ser traduzidas para diferentes idiomas, como o livro “The Gender Agenda” (1997) da jornalista norte-americana Dale O’Leary e a nota divulgada pela Conferência Episcopal Peruana “La ideología de género: sus peligros y alcances” (1998). Também o livro já citado “La ideología de género: o el género como herramienta de poder” (2010) do advogado argentino Jorge Scala teve grande repercussão na América Latina, especialmente no Brasil.

Outras produções são menores, locais, não chegaram a ter um alcance tão expressivo, mas não por isso são menos relevantes. Destaco, dentre elas, Marisa Lobo, que nas redes sociais se define como “psicóloga cristã”, autora de dois livros nos quais aborda o tema “ideologia de gênero”. São eles: “Ideologia de Gênero na Educação” (2011), publicado pela própria editora Marisa Lobo Ministério e “Famílias em Perigo” (2016), publicado pela Central Gospel. É notória também a militância de algumas lideranças católicas, como por exemplo o Padre Ricardo, que já produziu diversos artigos sobre esse tema em seu blog (PADRE PAULO RICARDO, 2018); e o Padre Rafael Solano, que também escreveu um livro sobre o tema, intitulado “Ideologia de gênero e a crise da identidade sexual”, publicado pela editora Canção Nova em 2016.

Por fim, vale ressaltar o papel de outras duas “referências” no combate à “ideologia de gênero”. Já mencionamos, localmente, o atual protagonismo do Movimento Escola Sem Partido na luta anti “gênero”. Inicialmente este movimento tinha o propósito de combater a suposta “doutrinação marxista” nas escolas, mas posteriormente passou a atuar em prol desta causa, englobando em seu discurso a batalha contra o “gênero”. Luis Felipe Miguel (2016) atribui essa fusão ao senso de oportunidade do MESP, que ao encampar essa luta passou a ter maior visibilidade no cenário nacional. E mais recentemente, pudemos constatar que a atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, também se dedica a combater a “ideologia de gênero”. Poderíamos também citar diversos sites, canais do YouTube, Blogs e

páginas em redes sociais que atuam fervorosamente contra a pauta de gênero, são muitos e fundamentalmente todos repetem os mesmos argumentos.

A questão que se coloca não se refere a descoberta de qual destas produções seria a primeira ou a mais importante. O que é relevante, para esta análise, é compreender como a repetição exaustiva de tais argumentos pretende criar uma *verdade* sobre o gênero (FOUCAULT, 2017). Em outras palavras, as produções conservadoras constroem narrativas para criar uma sensação de que a identificação cisgênero<sup>4</sup>, assim como o desejo heterossexual, são “fatos” da natureza. A matriz heterossexual é a produtora da ordem “sexo - gênero - desejo” (BUTLER, 2003) e por isso, qualquer tentativa de questionar estes “fatos” da natureza é acusada de ser “ideologia”, pois supostamente estaria “distorcendo” a realidade.

## O “GÊNERO” DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: o feminismo bom e o feminismo mau

Ao descrever a emergência do conceito de gênero, Guacira Lopes Louro (2011) localiza o início da problematização desse termo na chamada “segunda onda” do feminismo - que se inicia no final da década de 1960. Antes, a “primeira onda”, havia sido marcada pelo movimento sufragista e tinha a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres como centro das reivindicações. Este movimento inicial era protagonizado por mulheres brancas de classe média. Apenas na “segunda onda” o feminismo, além das preocupações políticas e sociais, começou a se debruçar sobre questões teóricas, ou seja, sobre a problematização do conceito de gênero. (LOURO, 2011)<sup>5</sup>. O advogado argentino Jorge Scala tenta demonstrar que conhece esse campo de estudos e as diferenças entre as fases do movimento feminista: “a

---

<sup>4</sup> O conceito de cislgeneridade refere-se à forma como a identificação direta e linear entre vulva-mulher-heterossexual ou entre pênis-homem-heterossexual, foi constituída, de modo compulsório, como única possibilidade de se colocar no mundo como feminina ou masculino. Para mais sobre isso, consultar: (LANZ, 2014, p. 296; BAGAGLI, 2016, p. 89).

<sup>5</sup> O objetivo em apresentar uma “divisão” do movimento feminista não é criar uma ideia de linearidade e/ou evolução das pautas e conquistas, mas de convergir o que trazem as fontes conservadoras com o histórico do movimento. Carolina Langnor e Sousa Lisboa (2017) apresenta uma reflexão sobre as configurações do movimento feminista no Brasil e nos Estados Unidos e propõe que pensemos as “ondas” *audiograficamente*, no sentido de marcar as suas descontinuidades.

comienzos de los años 70 del siglo pasado, nace en EE.UU. una nueva corriente del feminismo, superador del primero - el de la igualdad con los varones -: el denominado feminismo de género.”<sup>6</sup> (SCALA, 2010, p. 16). A expressão “feminismo do gênero”, segundo a nota da Conferência Episcopal Peruana (1998), foi criada por Christina Hoff Sommers em seu livro *Who Stole Feminism?*<sup>7</sup>, “a fim de distinguir o feminismo de ideologia radical, surgido em finais da década de 1960, do movimento feminista anterior, que visava a igualdade.” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p. 4).

Alguns apontamentos são necessários sobre estas afirmações. Primeiro é que para estes autores, “feminismo radical” e “feminismo de gênero” significam a mesma coisa e por sua vez são diferentes de “feminismo da igualdade”. Enquanto o primeiro estaria pregando a eliminação das distinções entre os sexos, a libertação de um “sistema patriarcal opressivo” (pois ao impor a maternidade e a responsabilidade de cuidar da casa e educar as/os filhas/os às mulheres, seria o responsável pela sua opressão), o segundo seria simplesmente a luta pela igualdade legal e moral dos sexos, pelo fim da discriminação. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998). A segunda observação é que subentende-se pela leitura dessas produções que o “feminismo da igualdade” é positivo, não traz consigo nenhum problema, mas o “feminismo do gênero” é negativo, perigoso para a sociedade.

Isso é também o que acha o deputado Arthur do Val (DEM), eleito em 2018 para ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo. Conhecido pelo seu canal no YouTube “mamaefalei” e pela sua militância no Movimento Brasil Livre - MBL, Arthur foi um dos deputados que se elegeu apoiando a causa do Escola Sem Partido. No vídeo “Feminismo” (DO VAL, 2016) (que conta com mais de 600.000 visualizações), Arthur explica o que é esse movimento, passando pelas suas três ondas. Para ele, “igualitarismo” seria um nome que melhor representaria este movimento, pois a busca pela igualdade seria o verdadeiro objetivo da luta política. Esse era, segundo sua análise, o foco do feminismo na sua primeira e segunda ondas, mas a terceira onda, que introduziu a discussão sobre a identidade, teria desvirtuado e desviado o

---

<sup>6</sup> “No começo dos anos 70 do século passado, nasce nos EUA uma nova corrente do feminismo, que supera o primeiro – o da igualdade com os homens -: o denominado feminismo de gênero” (tradução livre).

<sup>7</sup> “Quem roubou o feminismo?” (tradução livre).

foco. O youtuber conclui que o legítimo feminismo é aquele que busca pela igualdade, que na sua avaliação é diferente do que fazem as “feminazis”<sup>8</sup>, que, segundo ele, até perseguem objetivos nobres, mas cometem exageros, promovem o vitimismo e buscam privilégios das mulheres sobre os homens.

Gênero, portanto, seria uma distorção promovida por feministas da terceira onda, as que “exageram”, como disse Arthur do Val. Essa palavra, alerta a jornalista Dale O’Leary (1997), “*inocentemente*” usada por alguns apenas para substituir a palavra “sexo”, teve seu significado modificado por estas “*feministas radicais*”, que “*ardilosamente*” pretendem impor sua ideologia radical (a “ideologia de gênero”) através da “*agenda de gênero*”. Esses ideais estariam sendo infiltrados na educação mediante sua inserção em leis e documentos, como por exemplo, os planos de educação. A palavra “gênero” é, portanto, perigosa e por trás dela estariam escondidas intenções escusas. Isto é também o que expressa o deputado paranaense Gilson de Souza (PSC): “*Muito bem. Sr. Presidente, quando fala ideologia de gênero, alguns dizem que é algo tão simples, algo tão inofensivo que visa unicamente acabar com a discriminação nas escolas, e sabemos que não é isso, Sr. Presidente.*” (BRASIL, 2015a).

Em linhas gerais, isto explica o que os militantes contra a “ideologia de gênero” entendem por “gênero”. A políticas públicas em prol da igualdade de gênero seriam o começo da implementação de um “plano” maior, arquitetado pelas “feministas do gênero” ou “ideólogas de gênero”<sup>9</sup> e essas políticas de certa forma estariam cumprindo a função de esconder esse plano. O objetivo final seria “acabar” com o gênero, promover a sua desconstrução, a eliminação das diferenças entre homens e mulheres e assim instaurar uma nova ordem, uma nova sociedade. Uma sociedade igualitária, supostamente “sem gênero”.

## A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A “DESCONSTRUÇÃO” DO GÊNERO

A ideia de que a imaginária implementação da “ideologia de gênero” nos currículos e nas escolas geraria a destruição do gênero (e por isso estaria em

---

<sup>8</sup> Feminazi é um termo pejorativo utilizado para referir-se a feministas consideradas “extremas” ou “radicais”.

<sup>9</sup> Optamos por grafar ideólogas apenas no feminino devido a relação direta, estabelecida neste discurso, entre essa denominação e as feministas radicais ou do gênero.



desacordo com a assertiva de que “menino é menino e menina é menina”<sup>10</sup>) é repetida tanto em narrativas conservadoras quanto nas falas das/os parlamentares na ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, quando defenderam a exclusão da pauta de gênero do Plano Estadual de Educação do Paraná. Nesse sentido, a deputada Cantora Mara Lima (PSDB) define essa expressão da seguinte maneira:

*“A ideologia de gênero traz para dentro da escola uma grande perturbação, desconcentração, confusão mental as nossas crianças. (...) A ideologia de gênero traz o seguinte: ela diz que o menino e a menina, que vemos nascer - sou avô de duas meninas e dois meninos. A sociedade, eles dizem que ela impõe, que, na verdade, você quando nasce não é nada, é um gênero. E que você, na verdade, com o tempo, vai adquirir a tua personalidade e o que você quiser ser. Uma criança de seis anos, sete anos de idade? Querem usar a pureza, a inocência das nossas crianças para ensinar sexualidade, quando todo esse direito, Deputados, é dos pais?” (BRASIL, 2015a)*

A deputada expressa a convicção de que a “ideologia de gênero” pretende acabar com a distinção entre os sexos feminino e masculino. Em outra fala, agora do deputado Paranhos (PSC), a mesma ideia é reforçada. Para tanto, o deputado usa um exemplo para induzir à crença de que a “ideologia de gênero” levaria a uma realidade absurda:

*“Só para concluir, fico imaginando a mulher que vai fazer - Dr. Batista, como é que chama... ecografia? Ecografia, não é, quando a mulher está grávida? Como é que esse profissional vai emitir um documento dizendo assim: é homem ou é mulher? Temos que colocar uma emenda porque esse profissional não vai poder dizer isso. Homem é homem, mulher é mulher e a obrigação de educar é da família brasileira!” (BRASIL, 2015a).*

O argumento construído em torno da “desconstrução” do gênero é para ressaltar que, para as “ideólogas de gênero”, a igualdade absoluta só poderia ser alcançada com a total eliminação das diferenças entre os sexos e gêneros. Aliás, este é o ponto que leva uma grande parte das/os conservadoras/es a acreditar que a “ideologia de gênero” seria uma fase (senão a fase final) da implementação de um sistema político comunista. (SCALA, 2010). A mesma ideia da desconstrução aparece nas produções conservadoras, como por exemplo na fala da psicóloga cristã Marisa Lobo, em um vídeo publicado no YouTube:

---

<sup>10</sup> Essa é uma expressão comum entre os militantes contra a “ideologia de gênero”, pretende reforçar a continuidade entre sexo e gênero.

*“Parece ser claramente a presença de um movimento aparentemente organizado, disposto a desconstruir, não apenas aquilo que julgamos bíblico, mas também histórico, lógico, moral, biológico e mesmo científico, ou seja, que o homem nasce homem e a mulher nasce mulher.” (LOBO, 2017).*

O argumento é construído em oposição: “nós” (conservadoras/es) defendemos que o gênero é um dado biológico, natural e “elas/es” (ideólogas/os de gênero) pregam que o gênero é uma construção social. Ou seja, o gênero seria imposto pela sociedade, pela cultura, por isso, uma construção, e sendo assim, poderia ser desconstruído. Uma vez derrubada a barreira da “natureza” (a distinção do sexo biológico), cada qual poderia mudar de opinião (entenda-se, de gênero) quantas vezes quisesse. De fato, a discussão em torno da oposição natureza (sexo) X cultura (gênero) foi, e ainda é amplamente debatida pelos estudos de gênero, que englobam diversos paradigmas teóricos (LOURO, 2011). No entanto, para a perspectiva assumida neste artigo, mostra-se fundamental recorrer às análises desenvolvidas pela filósofa Judith Butler.

Pelo menos no Brasil, Butler é considerada, se não a principal, uma das principais idealizadoras da “ideologia de gênero”. Isso é o que dizem os grupos que se formaram para protestar contra a sua vinda ao Brasil em 2017 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017) e reafirmado pelas mais de 330.000 pessoas que assinaram a petição online para pedir o cancelamento da sua palestra no SESC Pompéia, em São Paulo. Judith Butler e seu livro *Problemas de gênero* também são citados por Dale O’Leary e pela nota divulgada pela Conferência Episcopal Peruana, que a denomina como “feminista radical”. Nesse livro, lançado em 1990, traduzido para o português e publicado no Brasil em 2003, Butler reflete sobre algumas questões fundamentais para compreendermos a ideia de que a “ideologia de gênero” supostamente negaria a biologia ou a materialidade do corpo e, conseqüentemente, acabaria com as noções de “homem” e “mulher”. Outra questão que essa obra instiga a pensar refere-se ao conceito de *performatividade*, pois a ideia de que cada pessoa poderia mudar de gênero quantas vezes quisesse pode ser uma interpretação estereotipada desse conceito. Por fim, o pensamento de Butler nos leva a refletir sobre como a distorção do conceito de gênero esconde a violência que se pretende enfrentar através dessas discussões.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que para Butler “ser” um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível. Isso porque ela discorda da

corrente filosófica que postula um sujeito que existe antes do fazer ou que existe antes da linguagem. Na sua visão, o “eu” é constituído por matrizes de poder e discurso, é um “eu” situado, no sentido em que é produzido nas circunstâncias que o envolvem. Ou seja, podemos pensar que o contexto constitui o sujeito de forma que sujeito e ação se misturam, e consequentemente não existe sujeito anterior à ação. A filósofa ressalta que a noção de “pessoa” e de “humano” no Ocidente é apreendida através de conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade (BUTLER, 1998, 2003). A fala citada da Deputada Cantora Mara Lima expressa essa ideia: *“A sociedade, eles dizem que ela impõe, que, na verdade, você quando nasce não é nada, é um gênero.”* Portanto, não ser homem nem mulher significaria ser nada. O gênero nos constitui como pessoas, como humanos.

Desse modo, aquilo que é chamado de “natural”, imutável, fixo - nas palavras do Deputado Paranhos *“Homem é homem, mulher é mulher”* - é o que Butler chama de seres inteligíveis, ou seja, aqueles que obedecem a continuidade entre sexo, gênero e desejo sexual. Mas a existência desses seres pressupõe que existam, por outro lado, aqueles que não são inteligíveis, pois de alguma forma são “incoerentes” e estão fora da *norma*, produzida dentro de uma matriz heterossexual. Podemos entender a matriz heterossexual como a pressuposição de que todos nascem ou deveriam nascer heterossexuais. No capítulo 2 do livro “Problemas de gênero”, “proibição, psicanálise e produção da matriz heterossexual”, Butler dialoga com diversas pensadoras e pensadores para questionar a premissa freudiana do tabu do incesto, que seria responsável pela produção de uma sexualidade primária, fundada no desejo heterossexual. Seguindo a perspectiva foucaultiana, Butler afirma que não há sexualidade primária, “antes da lei”, antes do discurso. Isso significa que não somos “naturalmente” hetero, homo ou bissexuais. Nas suas palavras: “(...) veremos que a lei parece produzir *tanto* a heterossexualidade *como* a homossexualidade. Ambas são na verdade *efeitos*, temporal e ontologicamente posteriores à lei ela mesma, e a ilusão de uma sexualidade antes da lei é, ela própria, uma criação dessa lei.” (BUTLER, 2003, p. 133, grifos da autora).

A autora afirma que aquilo que é considerado “natural” dentro dessa matriz heterossexual nada mais é do que uma farsa, gerada por e entre relações de poder. O caráter ficcional do gênero estável é denunciado precisamente por aquelas “identidades de gênero” que não se encaixam nas

normas de inteligibilidade estabelecidas, pois as suas existências “criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (BUTLER, 2003, p. 44).

Se apreendemos que o “ser” é uma construção discursiva, o gênero, nesse sentido, é sempre um “feito”, um ato performativo, que não existe fora da linguagem. Sendo assim, Butler não defende que o gênero é uma construção social, da forma como algumas narrativas conservadoras apresentam, pois dizer que o gênero é uma construção social seria retornar ao binômio cultura (gênero) X natureza (sexo). Seguindo o método genealógico<sup>11</sup> proposto por Michel Foucault em *História da Sexualidade - a vontade de saber* (1988), Butler apresenta uma genealogia do sexo ao demonstrar que este tem uma história e assim como o gênero, é constituído discursivamente. Através da afirmação de que tanto o sexo quanto o gênero são produtos do discurso, são constituídos *performativamente*, a filósofa foge daquela oposição natureza X cultura.

A jornalista Dale O’Leary (1997) cita vários trechos do livro *Problemas de gênero* (2003) de Butler em seu livro “The Gender Agenda”. A militante compreende que a filósofa “*sugere que se o gênero é socialmente construído, talvez o sexo também seja*” e na sua percepção, conclui:

*“Lendo o livro de Butler e outros trabalhos desta área, uma possível conclusão seria que toda esta teoria desconstrucionista pós-modernista não passaria de uma fachada para promover a ideia de que a homossexualidade seria tão natural quanto a heterossexualidade, já que ‘natural’ seria uma ideia hegemônica criada pela classe dominante para oprimir as restantes.” (O’LEARY, 1997).*

Ou seja, a jornalista norte-americana contesta a teoria de Butler reforçando a “naturalidade” da matriz heterossexual, mas não vai além, pois não discute as violências e a exclusão que a imposição dessa matriz pressupõe. O enfrentamento à violência proposto por Butler, para Dale O’Leary, é uma “falsa” concepção de justiça. Nas suas palavras, as “*feministas radicais e de gênero (...) promovem a vitimologia, a criação de novas classes de ‘oprimidos’*”.

---

<sup>11</sup> O “eu” situado de Butler retoma o método genealógico de Foucault, pois ela afirma que quando o sujeito se considera a origem de suas ações, toda uma genealogia que o produziu como efeito é apagada. (BUTLER, 1998).

*Declaram-se defensoras da justiça e da equidade, mas seu estilo de justiça e equidade somente se aplica aos ‘oprimidos.’”* (O’LEARY, 1997). Na sua percepção, as feministas “de gênero” estariam defendendo um privilégio para as mulheres e para as pessoas LGBT<sup>12</sup> e promovendo um vitimismo destas. Essa percepção distorce a realidade no Brasil, um país que registra altos índices de violência contra pessoas LGBT. (BORTONI, 2018).

O conceito de *performatividade* explorado por Butler permite trazer diferentes sujeitos e realidades, antes apagados pela matriz heterossexual para o campo do “possível”, do inteligível. O enfrentamento da exclusão e das violências é, portanto, um ponto central na teoria de Butler e nas propostas de inclusão da discussão sobre gênero nos currículos. Questionar a naturalização do gênero não é o mesmo que negar a sua existência ou pregar a sua eliminação como se isso fosse possível. A desnaturalização dos termos que constituem as identidades é fundamental para que direitos sejam não apenas ampliados, mas também questionados, abertos, problematizados. Dessa forma, a contingência dos termos (sejam eles a categoria “mulher” ou “lésbica”, por exemplo) é necessária para libertar o “ser” de sua morada metafísica e refundar a identidade como um lugar de debate político (BUTLER, 1998).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos compreender os significados atribuídos ao termo “ideologia de gênero” através do desmembramento dessa expressão, ou seja, que sentido a palavra “ideologia” e a palavra “gênero” assumem dentro das narrativas conservadoras. Para isso, mostrou-se importante demonstrar como alguns dos produtores ou veiculadores dessas narrativas compreendem esses termos. A saber, o uso da palavra “ideologia” tem o objetivo de atacar e desacreditar todo um campo de estudos na área de gênero e a palavra “gênero” passa a representar um plano escuso para implementar uma suposta igualdade total e absoluta, em um mundo “sem gênero”.

Em um segundo momento, focalizamos naquilo que nos pareceu mais recorrente em diferentes produções sobre a chamada “ideologia de gênero”:

---

<sup>12</sup> A opção pelo uso da sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais) segue a nomenclatura estabelecida por este movimento na I Conferência Nacional LGBT em 2008.

a afirmativa de que esta pretende promover a destruição do gênero, acabar com a identidade, eliminar as diferenças entre meninas e meninos e entre homens e mulheres. O pensamento da filósofa Judith Butler mostrou-se fundamental na tentativa de compreender esse argumento, não apenas porque essa filósofa é acusada de ser uma “mentora” da suposta “ideologia de gênero”, mas porque seus estudos têm causado grande impacto na área das ciências humanas. Suas reflexões são fundamentais para ampliar a discussão sobre a exclusão, traduzida em violências, e apagada pelas produções conservadoras.

As investidas de poder dos discursos conservadores sobre a abordagem das questões de gênero na escola, numa perspectiva dos estudos de gênero e estudos feministas, se acirraram depois de algumas conquistas no campo das políticas públicas realizadas pelos movimentos sociais organizados feministas e LGBT, em períodos de governos acessíveis ao diálogo no Brasil. E, como demonstramos, tais investidas de poder fizeram parte de diversas campanhas políticas e, agora, compõem a plataforma de governo no âmbito federal, ramificando-se por diversos Estados e Municípios do Brasil. Maria Rita de Assis César e André de Macedo Duarte (2017) demonstram como a partir de alguns avanços na produção de parcerias entre o governo federal e os movimentos sociais para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação em relação a mulheres e LGBT algumas reações conservadoras vem se feito sentir cada vez mais em diferentes campos, dentre os quais a educação. Nessa disputa de poder houve algumas vitórias para movimentos sociais feministas e LGBT e pesquisadoras e pesquisadores da área às quais se seguiram encorpados investimentos e esforços conservadores para retroceder.

Karina Veiga Mottin (2019), ao analisar as narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná sobre “ideologia de gênero” e o Plano Estadual de Educação, demonstra como esses esforços vieram se constituindo desde 2014, até culminarem com o golpe<sup>13</sup> de 2016, que culminou na retirada do mandato da presidenta Dilma Vana Rousseff. A partir disso, com a assunção do cargo de presidente da república por Michel Temer, os retrocessos entraram num movimento crescente. Isto é, a partir de 2018, com a eleição de Jair Messias

---

<sup>13</sup> A palavra “golpe” foi amplamente utilizada por apoiadoras/es da presidenta Dilma Rousseff, setores da esquerda e diversos meios de comunicação nacionais e internacionais (alguns reconhecidamente liberais), que se referiam às frágeis bases jurídicas do *impeachment*. Para uma análise sobre este tema, ver: <http://www.justificando.com/2016/04/01/o-impeachment-a-globo-e-o-golpe-uma-analise-juridica-do-caso/>. Acesso em: 29 mai. 2020.

Bolsonaro e com a posse de seu governo em 2019, houve o recrudescimento conservador dos espaços governamentais no governo federal. Com isso, a vigilância e o controle se reconfiguraram e intensificaram-se os ataques. Além disso, tais investidas conservadoras acabam por demonstrar um descaso em relação as violências de gênero observadas no país. Com isso, os ataques a discussão de gênero nas escolas passam a contribuir para uma “naturalização” destas violências. (CÉSAR; DUARTE, 2017)

As narrativas criadas em torno da “ideologia de gênero” são múltiplas e difusas. Nesse sentido, procuramos problematizar e discutir apenas uma das linhas de convergência entre esses discursos. São imensas as possibilidades de se explorar os argumentos contra o “gênero” utilizados pelas/os conservadoras/es e ressaltamos que esta tarefa mostra-se fundamental no contexto em que vivemos, pois esse é um tema que está cercado de mitos. Assim, as pesquisas desenvolvidas na área dos estudos de gênero e feminismos adquirem centralidade no debate contemporâneo, uma vez que a retirada dessas discussões das escolas não está relacionada com a “proteção da família heterocisnormativa” (LANZ, 2014), ou seja, famílias compostas por corpos não transexuais que se reivindicam como heterossexuais e normativos, como muitos discursos conservadores querem fazer crer. A retirada dessas discussões da escola se relaciona intrinsecamente com a “naturalização” das violências de gênero, que elegem corpos que se fabricam em desalinho com as normas de gênero vigentes e que, por esse motivo têm a sua “humanidade” questionada, como nos demonstra Judith Butler (2000). Portanto, as pesquisas nessa área têm um papel fundamental no combate às exclusões e violências.

---

**Resumo:** Este artigo discute a chamada “ideologia de gênero” a partir dos significados atribuídos à palavra “ideologia” e à palavra “gênero” dentro dessa expressão, através de narrativas construídas por militantes contra o “gênero”. Após esta discussão inicial, pretende-se analisar um dos argumentos centrais nos discursos conservadores contra a pauta de gênero, a saber, à ideia de que a “ideologia de gênero” pretende destruir, eliminar, ou acabar com o “gênero” e com as diferenças entre os sexos feminino e masculino. As reflexões propostas pela filósofa Judith Butler, mais especificamente o seu conceito de *performatividade*, é central no desenvolvimento dessa análise, uma vez que permite o questionamento da suposta naturalidade da matriz heterossexual. Frente aos mitos e tabus que a expressão “ideologia de gênero” evoca, conclui-se que as pesquisas na área dos estudos de gênero assumem um papel fundamental no combate à estas narrativas, que acabam por se traduzir em exclusões e violências.

**Palavras-chave:** Ideologia; Gênero; Destruição.

**Abstract:** This paper discusses the so called “gender ideology” starting from the meanings attributed to the term “ideology” and the term “gender” within this expression, based on narratives constructed by militants against “gender”. After this initial discussion, we intend to analyze one of the central arguments in conservative

discourses against gender: that the “gender ideology” aims to destroy, eliminate or end the “gender” or gender differences between female and male sex. The thought of the philosopher Judith Butler, more specifically her concept of performativity, is central to the development of this analysis, as it allows the questioning of the supposed naturalness of the heterosexual matrix. In view of the myths and taboos that the expression “gender ideology” evokes, we conclude that the researches in the field of gender studies plays a fundamental role in combating these narratives, because they end up translated into exclusions and violence.

**Keywords:** Ideology; Gender; Destruction.

**Resumen:** Este artículo aborda la llamada “ideología de género” a partir de los significados atribuidos a la palabra “ideología” y la palabra “género” dentro de esa expresión, a través de narrativas construidas por militantes contra el “género”. Después de esta discusión inicial, tenemos la intención de analizar uno de los argumentos centrales en los discursos conservadores contra la agenda de género, a saber, la idea de que la “ideología de género” tiene como objetivo destruir, eliminar o terminar con el “género” y las diferencias entre mujeres y hombres. Las reflexiones propuestas por la filósofa Judith Butler, más específicamente su concepto de performatividad, son fundamentales para el desarrollo de este análisis, ya que permiten cuestionar la supuesta naturalidad de la matriz heterosexual. En vista de los mitos y tabúes que evoca la expresión “ideología de género”, se concluye que la investigación en el campo de los estudios de género juega un papel fundamental en la lucha contra estas narrativas, que terminan traducándose en exclusiones y violencia.

**Palabras clave:** Ideología; Género; Destrucción.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença Trans no gênero para além da patologização. *Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 87-100, mai./out. 2016.
- BRASIL. Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba, PR, 23 de junho de 2015a. Disponível em: <https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- BRASIL. Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba, PR, 25 de junho de 2015b. Disponível em: <https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- BORTONI, Larissa. Rádio Senado. Brasil é o país que mais mata homossexuais no mundo. Brasília, DF. 16 mai. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em: 24 set. 2018.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora Record, 2003.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, v. 33, n. 66, p. 141-155, 2017.
- DO VAL, Arthur. *Feminismo*. 03 Out. 2016. Vídeo disponível na plataforma YouTube: [https://www.youtube.com/watch?v=eAr3VU31\\_\\_g](https://www.youtube.com/watch?v=eAr3VU31__g). Acesso em: 19 ago. 2019.
- CARRARA, Sérgio; FRANÇA, Isadora Lins; SIMÕES, Júlio Assis. Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. *Revista de Antropologia*, v. 61, n. 1, p. 71-82, 2018.



CASTRO, Roney Polato de. Diversidades sexuais e de gêneros no Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora: breves apontamentos. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, v. 6, n. 2, 2017.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. *La ideología de género: sus peligros y alcances*. Lima, Peru, 1998. Disponível em: <https://www.aciprensa.com/controversias/genero.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso, São Paulo, SP, 01 Jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Manifestantes pró e contra protestam contra Judith Butler no Sesc Pompéia. 07 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1933437-manifestantes-pro-e-contra-judith-butler-protestam-no-sesc-pompeia.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Menino veste azul e menina veste rosa, São Paulo, SP, 03 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel et al. Verdade e poder. *Microfísica do poder*, v. 8, p. 1-14, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária - ou: A promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Copes. (Org.) *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25 - 52.

LANZ, Letícia. *O Corpo da Roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LISBOA, Carolina Langnor e Sousa. *Novos feminismos: perspectivas sobre o movimento estudantil feminista na Universidade Federal do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

LOBO, Marisa. Cinco razões para não aceitarmos a IDEOLOGIA DE GÊNERO / Por Marisa Lobo. 2017.(10m02s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AhLSaPWxNts>. Acesso em 29 ago. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MOTTIN, Karina Veiga. *A “ideologia de gênero” através das narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

O’LEARY, Dale. *The gender agenda: redefining equality*. Lafayette, LA: Vital Issues Press, 1997.

PADRE PAULO RICARDO. Paulo Ricardo. Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/busca?por=g%C3%AAnero>. Acesso em: 01 abr. 2018.

SCALA, Jorge. *La ideología del género o el género como herramienta de poder*. Rosário: Ediciones Logos Ar, 2010.

SOARES, Jussara; GULLINO, Daniel. “Ideologia de gênero é coisa do capeta” e “leis existem para proteger maiorias”, diz Bolsonaro. Brasília, DF, 10 ago. 2019.

VARGAS, Myriam Aldana; CAVAGNOLI, Murilo; CATTANI, Daian. Relações de gênero ou ideologia de gênero? (Im)possibilidades democráticas no debate (a)político sobre o plano municipal de educação de Chapecó (SC). *Revista Fórum Identidades*. v. 22, n. 22, jan./abr., p. 234-250, 2016.

WIDOW, Juan A. “La corrupción ideológica del lenguaje en las ciencias prácticas”. *Revista Internacional de Filosofía Práctica “Circa humana Philosophia”*, Instituto de Estudios Filosóficos Santo Tomás de Aquino, Buenos Aires, 2003.